DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XX Nº 4205
13 de Julho de 2021
Terça-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPE

Servidores das 3 esferas se unem contra PEC 32

Nos dias 29 e 30 de julho será realizado o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público Municipal, Estadual e Federal, que vai discutir estratégias e organizar uma mobilização nacional para derrotar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa. Já estão sendo realizados encontros municipais e estaduais para debater o tema.

A proposta tem enorme impacto nas três esferas dos poderes executivos, legislativos e judiciário, com prejuízo para os servidores e também para a população que precisa de serviço público e de qualidade.

Segundo o Dieese, se a proposta for aprovada, os concursos públicos não serão mais priorizados como instrumento de seleção de pessoal, a estabilidade dos servidores civis estatutários não será mais garantida, os salários serão mais baixos e atividades poderão ser transferidas para a iniciativa privada.

A PEC também afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança, eliminando restrições constitucionais existentes e, com isso, abre margem para indicações políticas de pelo menos mais 207 mil pessoas do que atualmente. Isso significa que os políticos poderão indicar um milhão de amigos e parentes para cargos de confiança e assessoria se a PEC 32 for aprovada.

Dois servidores públicos, concursados e com estabilidade, denunciaram corrupção no governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que encaminhou a PEC 32 para o Congresso Nacional. Um deles, o servidor público do Ministério da Saúde, Luís Ricardo de Miranda, denunciou irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin. O outro foi o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, que enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Eles podem perder cargos, como o delegado que perdeu o cargo de superintendente da PF no Amazonas, mas não podem ser demitidos porque cumpriram com suas obrigações. Este é um dos benfícios da estabilidade.

E é em defesa do serviço público e dos trabalhadores que os representantes dos servidores e servidoras vão construir, no encontro que será realizado no fim do mês, a luta contra a PEC 32 com foco nas três esferas.

"Vamos ampliar o debate e discutir estratégias contra a aprovação da PEC 32 e para isso contamos com mais de 12 milhões de trabalhadores. Se conseguirmos mobilizar 30% da base vamos potencializar a luta em todos os rincões do país", explica Pedro Armengol, secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e diretor executivo da CUT.

De acordo com o dirigente, para derrotar a PEC é preciso ter ressonância no Congresso Nacional e isso só será possível com unidade das categorias e pressão nas cidades onde vivem os parlamentares.

"A categoria é fragmentada, mas com enorme capilaridade para pressionar os deputados e senadores em suas bases, onde eles têm voto, que é onde eles sentem o peso dos votos contra os trabalhadores e contra a população que dão no Congresso", afirma Armengol.

"Quem votou neles tem de saber que eles estão votando contra o Brasil e os brasileiros", completa o dirigente.

Dos 12 milhões de servidores do país, 68% são municipais, 20% estaduais e 10% federais, diz Pedro Armengol reforçando a importância do encontro que deve trazer os servidores das cidades para a discussão nacional e, consequentemente, para a luta contra a PEC 32.

De acordo com o secretário de Finanças da Condsef, o encontro vai discutir também a realização de um ato nacional no mês de agosto, junto com ato que está sendo organizado pela CUT e demais centrais com pauta mais ampla – pelos R$ 600 até o fim da pandemia, em defesa do SUS, contra as privatizaçãoes e pela geração de emprego.

Portal CUT

Nova versão do Plano de Integridade do IFMA entra em vigor

Com o objetivo de sistematizar o programa de combate à corrupção e desvios de conduta no âmbito do IFMA, a versão atualizada do Plano de Integridade foi aprovada e está disponível na Resolução CONSUP nº 24/2021. A nova versão do documento foi elaborada por uma comissão coordenada pelo chefe da Unidade de Gestão da Integridade (UGI), professor Francisco Sousa, e contou ainda com servidores de outras unidades do Instituto.

Uma primeira versão do plano já havia sido aprovada em junho de 2020. A partir da revisão, foram inseridas novas informações e os dados institucionais puderam ser atualizados no Portal da Integridade da Controladoria Geral da União (CGU) e no Portal e-Prevenção do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Plano está alinhado aos novos valores do serviço público federal lançados no último mês de abril pela CGU em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São eles: engajamento, gentileza, imparcialidade, integridade, justiça, profissionalismo e vocação pública. Os valores foram obtidos a partir de uma pesquisa com servidores públicos que enviaram mais de 94 mil sugestões.

A eles, somam-se os valores institucionais do próprio IFMA: ética, inclusão social, cooperação, gestão democrática e participativa e inovação. “A versão atualizada do Plano de Integridade é mais um instrumento que auxilia a instituição em busca do objetivo de conduzir as políticas públicas a uma melhor prestação de serviços e atendimento aos interesses da sociedade”, pontua o reitor Calos Cesar Ferreira.

Fonte: IFMA

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: Raimundo Pereira de Souza *Secretaria de Comunicação:* José Alfredo Duarte Torres, Marcos José Costa Ferreira e Valter Cezar Dias Figueiredo
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais:* Rafael Costa